

PALÁCIO ITAMARATY, BRASÍLIA, DF, 18 DE MAIO DE 2000

Senhor Vice-Presidente da República, Doutor Marco Maciel; Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia; Senhor Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Luiz de Seixas Corrêa; Senhor Diretor do Instituto Rio Branco, Embaixador André Mattoso Maia Amado; Senhores Formandos da turma João Cabral de Melo Neto; Senhores Diplomatas; Senhoras e Senhores,

Já disse o Ministro Lampreia que é a sexta vez que presido esta cerimônia, sem contar que quando fui Ministro estava ao lado do Presidente. E é para mim um prazer, novamente, participar deste Dia do Diplomata.

Vocês todos conhecem as minhas ligações com esta Casa, que como já foi dito e é sabido, tive a honra de chefiar. E acredito que esta Casa seja um motivo de orgulho e de tranqüilidade para o Brasil. Orgulho porque o Itamaraty é parte importante de nossa História.

Aqui já foi dito pelo Embaixador Lampreia, foi dito pelo ilustre orador que é o paraninfo da turma a importância do que foi feito no Brasil no passado, em termos de ação diplomática, ação consistente, ação reconhecida. Mas quero, também, ter a honra de dizer e secun-

do o que já foi dito, também, que sob a chefia do Embaixador Lampreia o Itamaraty continua a ser um ponto de referência para todos nós, brasileiros, e até diria que mesmo para os que não são brasileiros, mas que acompanham o modo tranqüilo, sereno e firme com que temos sabido executar a nossa política externa como uma instituição de qualidade comprovada e que tem sabido se atualizar diante das mudanças que ocorrem no país e no mundo.

Não é por acaso que menciono essa característica do Itamaraty e da nossa política externa, que é de atualização. Esta cerimônia não é outra coisa senão um ritual de atualização, é uma espécie de renovação que se consuma com o ingresso de uma nova geração de servidores desta Casa e do Brasil. E este cerimonial de renovação, esses ritos de passagem têm muita importância.

Uma vez assisti, nos Estados Unidos, em Princeton, a uma conferência de um ilustre antropólogo, chamado Leach, que fez uma descrição de um outro cerimonial de passagem. Ele foi sagrado pela Rainha da Inglaterra como cavaleiro. E a descrição é uma descrição admirável do cerimonial, feita por um antropólogo extremamente competente. O título de sua exposição, que foi depois publicado, é muito sugestivo porque ele diz: "Once a knight is enough." É uma só vez, e chega.

Aqui, é uma só vez, mas não chega. É preciso continuar se atualizando. E um rito de passagem é, também, um incentivo que se conseguiu com essa atualização, com o ingresso no Rio Branco, com os cursos feitos, ter continuidade. Mais uma vez o Conselheiro Renato mostrou, de uma maneira admirável, com simplicidade, o que é a vida do diplomata e a importância dessa continuidade.

Mas a diplomacia tem a sua forma própria de renovar-se. Ela não pode ser brusca porque a diplomacia sempre procura salvaguardar princípios e preservar a credibilidade, sem a qual, naturalmente, um país como o Brasil não poderia exercer influência no plano internacional.

Gostaria de falar-lhes, hoje, sobre alguns aspectos de nossa política externa que evoluíram nos últimos anos, mas sempre com dimensão de mudança e de atualização, guardando os princípios e guardando, portanto, a nossa credibilidade.

Mais do que ninguém, vocês conhecem o alcance e a velocidade dos processos de transformação internacional. O Brasil também mudou, e mudou muito. Nas últimas duas décadas, especialmente desde o início dos anos 80, as conseqüências dessas mudanças têm sido decisivas para a formulação e a execução da política externa.

Poderíamos resumir essa mudança em três palavras: democracia, abertura e estabilidade. Isso forma a base da mudança, não dos objetivos. Os objetivos também já foram aqui mencionados pelo Embaixador Lampreia e pelo ilustre representante dos formandos. Os objetivos são o desenvolvimento econômico e a justiça social, a luta contra a exclusão.

A diplomacia do Brasil democrático, do Brasil que se abre economicamente para sua vizinhança e para o mundo, do Brasil que consolida a estabilidade de sua moeda, não pode, naturalmente, ser a mesma diplomacia do Brasil autoritário, do Brasil do período da substituição de importações e do Brasil da época da inflação crônica.

A democracia induziu o surgimento de novas visões do interesse nacional. Em uma questão importante, como a do desenvolvimento – que é a prioridade número 1 da nossa diplomacia atualmente –, a prática democrática tem-nos levado a buscar, não qualquer desenvolvimento, mas aquele que traz consigo – além de prosperidade – a justiça social, respeito aos direitos humanos e preservação do meio ambiente. Em outras épocas, ao falar-se de justiça social, direitos humanos, preservação do meio ambiente, os detentores do poder se sentiam incomodados, porque havia uma separação entre a linguagem da sociedade, a linguagem de outros países democráticos e a linguagem do Estado. Crescentemente essa separação diminui e essa linguagem se uniformiza.

É próprio das democracias não esconder os seus problemas. À diferença do que se fez no passado, reconhecemos que a herança de desigualdade e de exclusão social é um dos condicionamentos – e negativo no caso – de nossa atuação externa. Isso foi bem expresso pelo representante dos formandos. É verdade. E o reconhecemos com serenidade, porque não nos sentimos ameaçados por críticas vindas de fora. Por mais críticas que venham de fora, nunca serão tão

veementes quanto as críticas que nós mesmos nos fazemos. Ao não nos sentirmos ameaçados, ao reconhecer nossas mazelas, isso não quer dizer que nos conformemos com elas. Não quer dizer que assumamos simplesmente uma atitude leniente, porque agora também concordamos. Não. Esse reconhecimento de dificuldades não deve ser uma desculpa para que cruzemos os braços e não lutemos para as transformações. Sempre, naturalmente, com o pensamento que o Ministro Lampreia expressou, de que é preciso criar condições para que os passos sejam dados, porque quando se dão os passos antes que as condições sejam criadas, simplesmente faz-se, talvez, um ruído forte, mas o resultado fica muito aquém do almejado.

Mas, nesse contexto também, eu queria lembrar o *Morte e vida Severina* – e aproveito, também, para expressar minha homenagem ao patrono tão bem escolhido por esta turma, o Embaixador e grande poeta João Cabral de Melo Neto, por quem sempre tive muita admiração e não tive o prazer nem sequer de uma convivência tão breve quanto a do Conselheiro Renato com ele. Eu apenas, muito brevemente, pude vê-lo de perto, mas de longe, na leitura dos seus livros sempre sentindo aquela mesma emoção que, mesmo os que não somos pernambucanos, somos capazes de sentir e ter – e não sou o único aqui – por João Cabral de Melo Neto.

Que tantos brasileiros ainda enfrentem condições de grande dificuldade é um fato central de nossa vida como Nação e um elemento constitutivo de todas as manifestações de nossa identidade nacional – e a política externa não pode ser exceção.

Daí porque, também no plano externo, a prioridade deva ser o desenvolvimento econômico e social.

E as outras duas dimensões da mudança a que me referi – a abertura e a estabilidade – propiciam ao Brasil condições muito favoráveis para iniciativas nesse sentido.

Antes mesmo de entrar nesse tema mais imediato, do ponto de vista diplomático, das iniciativas que, creio, estamos tomando e podemos tomar outras mais, eu queria mais uma vez corroborar o mesmo espírito que foi aqui expresso por todos que me antecederam

e dizer que, ao reconhecer, com humildade – como devemos fazer –, os nossos problemas, as nossas mazelas, não devemos simplesmente cruzar os nossos braços. Devemos criar as bases para que as mudanças sejam possíveis. Devemos ter um diagnóstico bastante preciso das situações e deveremos ser capazes de escolher os caminhos que, efetivamente, levem às mudanças para melhor, com as situações identificadas como negativas.

Fiquei feliz ao ouvir o representante da turma mencionar um tema que hoje é caro a todos, que é o da desigualdade. E se referir, especificamente, à concentração, não só de propriedade, mas de renda. É verdade. Se formos olhar qualquer coeficiente de mensuração da concentração de renda ou de propriedade, nossos índices são alarmantes. Mas é preciso analisar melhor como combater essa desigualdade e o que significam esses índices. Quando se olha no longo prazo a distribuição de renda nos sistemas capitalistas, dá arrepio. Se olharem a do Brasil, ela quase não muda no decurso de décadas. A despeito da variação de políticas, a concentração e a distribuição da renda quase não mudam. Mas também não mudam na Inglaterra. Nos Estados Unidos, mudaram recentemente, aumentou a concentração. E na África, é menor que a nossa. Por quê? Porque há menos riqueza. O índice vai dar menor concentração de renda.

A verdadeira questão – com isso não digo que não se deva chamar a atenção, nem combater a concentração de renda – é como fazer para aumentar o piso de tal maneira que haja melhor qualidade de vida da população. E a exclusão, que, no passado, podia ser feita mais brutalmente pela inexistência de meios de produção, de acesso a terra, etc., hoje é a exclusão do conhecimento. Se quisermos, como queremos combater efetivamente, de modo tal que se melhore a condição de vida, que cresça o piso da sociedade. E quanto possível que se diminua a concentração de renda; nós temos que atacar fortemente a educação. Não há outro caminho.

O século que se aproxima é o século da sociedade da informação. É um século que vai excluir muito e excluirá todos aqueles que não forem capazes de ter acesso à informação. Essa é a grande batalha

contra a desigualdade que temos que travar daqui por diante no próximo século, sem desmerecer as outras que hão de ser travadas. Mas essa é a batalha central. Creio que a diplomacia brasileira sabe disso e precisa ter isso muito presente, para que possamos, no esforço que fazemos pelo desenvolvimento econômico e social, tirar o proveito máximo das nossas condições para ampliar o nosso acesso ao conhecimento, o acesso das massas populares ao conhecimento, a melhoria da capacitação e da qualidade de todos nós.

Dito isso, acredito também que, nesse mesmo afã de atualização, temos de cuidar mais apropriadamente, com mais empenho, da nossa vizinhança imediata, em termos diplomáticos, o Mercosul, a América do Sul, que avançam com passos firmes na direção de níveis sustentados de progresso. Isso traz, para o Brasil, novas oportunidades de fortalecimento dos laços políticos e econômicos com nossos vizinhos.

O mesmo João Cabral falou, certa vez, do sonho de uma arquitetura de espaços abertos, onde se construiriam “portas-por-onde” e jamais “portas-contrá”.

Algo semelhante é a nossa atitude, hoje, com relação às nossas fronteiras.

Queremos que sejam “fronteiras-por-onde”, e não fronteiras de isolamento ou de proteção. Queremos, na América do Sul, consolidar fronteiras de cooperação, não de separação. E isso já é uma realidade no Mercosul.

Superamos as desconfianças do passado. Temos, hoje, uma aliança estratégica com a Argentina e estamos construindo, juntamente com Paraguai e Uruguai, uma união aduaneira que engloba um mercado unificado de mais de 1 trilhão de dólares. Gradualmente, o Chile e a Bolívia incorporam-se a esse processo.

O Mercosul tornou-se possível por causa da democracia e da abertura ao exterior. Volto ao mote: não fora a democracia e a abertura ao exterior, ele não teria sido possível. E ganhou ímpeto com a estabilidade da moeda brasileira, assim como teve seus temores quando tivemos dificuldades com a nossa moeda, e com a capacidade do Brasil de retomar o crescimento econômico, como agora já se vê, outra vez, o Merc-

usul, embalado num caminho de crescimento. Ele resistiu às crises financeiras e delas saiu mais fortalecido.

O Brasil é um país que tem peso nas relações internacionais. Não temos veleidades de poder nem buscamos protagonismo, mas temos a força de nossos objetivos e de nossa independência. Desde os tempos em que se pregava uma política externa independente para hoje, não precisa nem se falar no assunto, porque ela é independente. Somos um país que tem a nossa política independente.

Como país de dimensões continentais, tendemos durante muito tempo à introspecção e, não raro, a fantasias de auto-suficiência.

Mas nada disso deve impedi-los de ver que o Brasil, precisamente por ser uma das maiores economias do mundo, não importa se é a oitava, tem uma grande responsabilidade no plano internacional, e muito especialmente no âmbito regional.

A democracia, a abertura e a estabilidade econômica reforçaram, em nós, o sentido dessa responsabilidade, responsabilidade de ser um fator de garantia de paz, de unidade e de concórdia entre nossos povos. Um fator de impulso ao regime democrático em toda a região e ao desenvolvimento.

Foi com esse espírito que tomei a iniciativa de convidar os presidentes dos países da América do Sul para discutirmos em Brasília, ainda este ano, temas ligados à democracia, ao comércio, à integração física, ao combate ao narcotráfico e à cooperação científica e tecnológica.

Estaremos aprofundando um diálogo de confiança entre todos os governos da região, com vistas a uma nova era de amizade e cooperação entre nossos países. Tenho sentido, nos contatos mantidos com os diferentes líderes sul-americanos sobre os fundamentos que acredito essenciais para definir esse novo momento histórico, uma aceitação imensa.

Em primeiro lugar creio que, na definição desses fundamentos vem, como já disse e reiterei, a democracia. Aprendemos com a História o custo humano do autoritarismo e das aventuras que relegam a liberdade à condição de valor secundário. Não fomos os únicos a aprender. Os nossos vizinhos também aprenderam. Aprendemos que

as liberdades do vizinho são também garantias de nossa própria liberdade. A democracia de cada país é importante para o avanço da democracia em todos os países. E não pode haver retrocesso.

Ainda há poucos dias, os meios de comunicação lembravam denúncias de formas espúrias e sombrias de cooperação – se é que isso merece o nome de cooperação – que, em dado momento, chegaram a existir entre governos autoritários em nossa região. Felizmente, ainda que sejam lembranças dolorosas, podemos vê-las como uma página virada – mas que não se podem esquecer.

Na reunião de Brasília, estaremos fazendo precisamente o oposto. Estaremos fortalecendo a solidariedade democrática na América do Sul.

Outro ponto essencial no nosso encontro será a infra-estrutura física e a perspectiva do desenvolvimento equilibrado de países que compartilham a mesma geografia.

Não estaremos começando da estaca zero, pois a América do Sul já construiu um patrimônio de obras e projetos de integração nas áreas dos transportes, energia e comunicações: Itaipu, e aqui há alguns que lutaram tanto por Itaipu, Salto Grande, Yaciretá, a Rodovia Panamericana, os passos fronteiriços nos Andes, as pontes internacionais. E, mais recentemente, as hidrovias, as aquisições brasileiras de petróleo da Argentina e da Venezuela, o nosso projeto siderúrgico com a Colômbia, o gasoduto Bolívia–Brasil, a BR-174, que liga Manaus a Caracas, a linha de transmissão elétrica que ligará o Guri, na Venezuela, a Roraima e os projetos de interligação entre o Brasil e o Peru.

Nos anos 50, 60 e 70, muitos países da América Latina desenvolveram um esforço substancial de planejamento econômico. A Cepal – Comissão Econômica para América Latina – e outras organizações contribuíram para esse esforço, que, em grande medida, se desfez nas décadas seguintes, por razões variadas, que vão desde a inflação descontrolada até o impacto da dívida externa e a crise do Estado. O Brasil é um dos poucos países da região onde esse esforço de planejamento continuou.

Hoje, com a democracia, com a retomada do crescimento em um ambiente de estabilidade macroeconômica, temos a oportunidade

histórica de, junto com nossos vizinhos, reacender o esforço de planejamento na América do Sul. Não o planejamento dirigista, tecnocrático, que a pretexto de promover o desenvolvimento distorce a economia e abafa as forças produtivas, mas o planejamento que não prescinde da iniciativa privada, da sociedade civil e que sabe ver que a produção e o comércio exigem uma infra-estrutura que não surge da noite para o dia, nem surge por geração espontânea. É uma infra-estrutura que requer investimentos importantes, planejados em uma perspectiva regional, e não apenas nacional. E que requer, portanto esse planejamento, a ação coordenada dos Estados.

Não é à toa que o Mercosul, justamente por já contar com uma base consolidada de infra-estrutura física, conheceu um aumento extraordinário do comércio. Esse esforço tem que se estender a outras sub-regiões, para que o projeto da América do Sul se complete de forma mais efetiva.

A reunião de Brasília nos dará a oportunidade de avançar nesse redesenho da geografia econômica da América do Sul. Com a ajuda do Banco Interamericano de Desenvolvimento, estaremos dando os passos para identificar novos eixos de desenvolvimento, novas sinergias de comércio e infra-estrutura. Em suma, estaremos avançando para que a América do Sul realize a sua vocação de ser, efetivamente, uma área de prosperidade compartilhada.

Convém recordar que o grande esforço, por todos mencionados sempre, do Barão do Rio Branco, que foi a consolidação das nossas fronteiras, foi que permitiu que houvesse esse relacionamento do Brasil com os seus vizinhos, tranqüilo, sereno, sem disputa de território, de paz. E isso nos dá hoje, e por isso citei João Cabral, portas abertas. Portas-por-onde e não portas fechadas.

Isso nos permite, e é o desafio da nossa diplomacia, a consolidação da obra com a mesma inspiração do Barão, de olhar para a América do Sul, como casa pacífica. E de olhar para a América do Sul não como o caçador que vê a presa. Não, não é o nosso caso. Não queremos isso, nunca fomos isso. Olhar para a América do Sul como, isso sim, como nossa casa, casa comum, compartilhada por

outros países. E fazer crescer, gradativamente, a interligação física, política, econômica, social. As migrações existem, os capitais também migram. É preciso que haja, crescentemente, regras que permitam uma convivência integrada dos nossos países da América do Sul. Não pensem, entretanto, que ao mencionar isso, estamos escapando de outras condições, que também são nossas e às quais já referi, como latino-americanos e como membros de uma sociedade que se insere num mundo que é cada vez mais globalizado.

Mas para que possamos dar os passos da América do Sul é preciso atacar de frente problemas que ameaçam a nossa aspiração de desenvolvimento e a nossa segurança, em particular a questão do crime organizado. Na América do Sul, democrática, próspera e justa que estamos construindo, não pode haver mais lugar para o narcotráfico, o banditismo ou a corrupção. E, quando digo América do Sul, obviamente é o Brasil e seus vizinhos, não são os outros. Temos que atuar fortemente nessas dimensões, também, de narcotráfico, banditismo e corrupção porque são complementos necessários para que a ordem democrática seja não apenas estável, mas seja desejada e aceita voluntariamente e querida pela população. A ordem democrática se traduz em bem-estar, em conforto com o fim da exclusão. Mas se traduz, também, na segurança do indivíduo, na segurança da família e, portanto, numa ordem capaz de combater o narcotráfico, o crime organizado. E segurança significa também a segurança no que diz respeito a certos valores centrais, como, por exemplo, não aceitar a possibilidade da difusão da droga como instrumento de escape das mazelas do cotidiano. Enquanto não fizermos isso, dificilmente poderemos imaginar que nossa obra de construção democrática estará terminada no Brasil ou na América do Sul.

Essa tarefa de organizar o espaço sul-americano é uma necessidade também diante do processo de globalização. Devemos cada vez mais articular nossos interesses com os de nossos vizinhos na medida em que a região como um todo não pode deixar de habilitar-se a enfrentar os desafios de uma ordem crescentemente globalizada.

Estaremos, assim, consolidando a idéia de uma identidade sul-americana como identidade de países que dividem uma mesma vizi-

nhança imediata e, por isso, como é natural, têm uma agenda própria de temas, de oportunidades, de aspirações e de preocupações.

Não é, nem poderia ser, uma identidade excludente. Primeiramente, porque não exclui nossos laços – bilaterais ou multilaterais – com os outros países da América Latina, do continente americano ou do mundo. Em segundo lugar, porque não exclui a pluralidade que é intrínseca à própria América do Sul, para não dizer que intrínseca a nós próprios, brasileiros, cuja identidade é plural também. A identidade sul-americana é múltipla, envolve as várias dimensões. Basta pensar na região: amazônica, andina, platina, caribenha.

O mundo atual não comporta definições absolutas. Por isso, tenho falado da variabilidade da geometria política que nos dá a flexibilidade para avançar nos diferentes processos que compõem a agenda da integração. Se não entendermos isso, se não entendermos que a participação do Brasil há de ser crescente com seus vizinhos, há de ter uma dimensão nitidamente latino-americana, há de preocupar-se com a integração hemisférica, mas há de dar-se, a nível global, também, se não percebemos que existe essa geometria variável, nós, que dirigimos a diplomacia brasileira, o Chefe do Itamaraty, o Presidente da República, todos aqueles que trabalham nela, não seremos capazes de corresponder ao anseios que existem que não são unidirecionais.

Temos que ter muito presente, como mencionei de passagem, que essa inserção crescente no nosso meio geográfico, essa busca de integração crescente se dá num momento em que existe uma transformação no mundo, impulsionada por mudanças tecnológicas que são um desafio para o próximo século. Dentro de muito poucos anos, vamos ter à nossa disposição uma tecnologia de comunicação e de informação em nível global, em que cada indivíduo, num aparelhinho pequeno, terá computador, Internet, fax, telefone, televisão, tudo. Vai se comunicar diretamente um com o outro, em qualquer parte do mundo. Vai dar ordens de compra a partir de Brasília, e comprar alguma coisa que seja no Japão para mandar para a Europa. E os controles sobre isso serão muito escassos. Esse é o nosso desafio. Um mundo em que, ao mesmo tempo existe essa possibilidade de

uma integração até individual em termos globais, mas que, ao mesmo tempo, requer uma integração muito forte em termos regionais e requer uma presença do Estado, não mais como um instrumento para assegurar apenas o crescimento da economia, ou para assegurar os mecanismos de relacionamento entre indivíduos, mas basicamente para evitar que a exclusão social crie uma injustiça ainda maior no plano, não só local, mas no plano global.

Esse é o nosso desafio, esse é o desafio, portanto, que foi tão bem dito pelo Conselheiro Renato, quando o fez. Apelou a vocês, mostrando que estão entrando na carreira num momento singular da História, de uma mudança muito profunda da História, uma mudança que se não tivermos a conta dessa dimensão, não seremos capazes de analisar cada um dos fatos que ocorrem no dia-a-dia. E não seremos capazes de julgar o que está acontecendo, porque poderemos estar sempre tratando de julgá-lo com as viseiras de um passado que foi glorioso em seu momento, mas que passou. Temos que olhar com as lentes que permitam ver o que vai acontecer daqui por diante.

Minhas Senhoras, meus Senhores, meus Caros Formandos, são apenas alguns dos grandes temas que vocês são chamados a enfrentar e aos quais dedicarão, nos próximos anos, uma boa parte de suas melhores energias.

Eu apenas quis mostrar a complexidade das questões internacionais com que nos defrontamos.

Vocês são egressos de uma instituição de excelência, o Instituto Rio Branco, e vão ser diplomatas de um novo tempo. Um tempo – como eu já disse aqui rapidamente – no qual enviar documentos a uma capital asiática já é tão fácil, ou quase tão fácil, quanto enviá-los a São Paulo ou ao Rio de Janeiro. Um tempo no qual as notícias se propagam quase instantaneamente. Um tempo no qual a Internet revoluciona o acesso à informação. Um tempo no qual quem trabalha e quem investe tem que competir em escala global, e com o uso de tecnologias que mudam a cada dia.

O próprio Presidente da República vê o seu cotidiano transformado por essas novas ferramentas de trabalho. Ainda na semana passa-

da, fiz uma videoconferência com o Primeiro-Ministro de Portugal. É como se estivéssemos juntos, ele em Lisboa e eu aqui. Aproveitei para brincar que ele ficou mais bonito pela televisão do que pessoalmente – e disse isso a ele. É uma espécie de “diplomacia presidencial eletrônica”.

Faço essas referências apenas para mostrar as circunstâncias novas em que operamos. Muitas vezes, faz-se um discurso, uma coisa vaga, mas é no dia-a-dia que essas coisas acontecem. E é no dia-a-dia, tomando atenção a cada detalhe, fazendo bem cada detalhe, já o disse o paraninfo. E sem esquecer – concordo com ele – a dimensão tão difícil da felicidade pessoal. É assim que vocês vão trabalhar.

Sei que a dificuldade do trabalho que será o de vocês consistirá em representar um país que, ao mesmo tempo em que enfrenta os desafios do futuro, está ainda, como foi dito aqui, às voltas com hipotecas do passado. Não preciso nem reiterá-las.

Reunir essas duas tarefas e um esforço viável de desenvolvimento é o principal objetivo a que nos estamos dedicando, com a consolidação da estabilidade econômica, os avanços na educação, na saúde, os investimentos de infra-estrutura, o aumento de nossa capacidade de competir internacionalmente. Isso exige que o Brasil seja capaz de obter condições cada vez mais vantajosas em sua interação com a economia internacional, seja no comércio, nas finanças, nos investimentos diretos ou na tecnologia. Isso exige o fortalecimento de nossa vizinhança como espaço de democracia e de desenvolvimento compartilhado. Exige, também, que tenhamos um fortalecimento contínuo na capacidade de atuação nos principais temas da agenda internacional.

São tarefas de fôlego, favorecidas pela legitimidade democrática, pelo diálogo que existe no Brasil, tão amplo, na sociedade civil, pela existência de um Congresso que interage freqüentemente com a sociedade e com o Executivo.

Não são tarefas fáceis, mas é muito bom saber e ter certeza de que o Brasil conta com gente como vocês, que têm a inspirá-los os exemplos daqueles que os antecederam, que têm marcas na História do Brasil, que têm a formá-los pessoas competentes, como o professor

que foi homenageado por vocês, e, certamente, o Embaixador André Amado saberia dizer o nome de muitos outros, e dele próprio, como pessoas capazes de ajudar na formação de vocês.

Portanto, tenho confiança, depois de ter visto aqui as medalhas que receberam e de ter visto, com uma ponta de satisfação, a quantidade de pessoas de outros países que estão seguindo o curso Rio Branco, mostrando que o Rio Branco continua sendo, realmente, um ponto de referência. Não tenho dúvida de que, apesar de, como é natural, reconhecer as imensas dificuldades, desafios que temos pela frente, um país que conta com uma juventude com essa formação que vocês têm, que têm tido continuamente na Casa de Rio Branco, que têm a garra que foi demonstrada pelo orador da turma, é um grande país. Eu me sinto orgulhoso de ser Presidente do Brasil.

Muito obrigado.